

ACTAS

Folha 44

ACTA Nº 107

Aos dez dias do mês de Dezembro de dois mil e dezassete, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu-se em primeira convocação e em sessão ordinária a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Aikido (FPA), no Hotel Praia Mar, sito na Rua do Gurué, nº 16, em Carcavelos, conforme convocatória enviada aos delegados da Assembleia Geral (AG), da qual constava o seguinte ponto da Ordem de Trabalhos: Ponto Único – Discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2018.

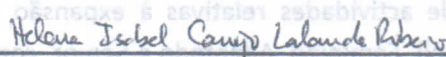
A Mesa da AG (MAG) foi constituída pelo respectivo Presidente e Secretária. O Presidente da MAG verificou pela Lista de Presenças organizada antes do início dos trabalhos que não se encontrava presente o número de Delegados necessário para que a AG pudesse validamente reunir e deliberar na primeira convocação, pelo que nos termos dos estatutos da FPA, não foi possível reunir em primeira convocação.

O Presidente da MAG encerrou os trabalhos e marcou nova sessão, para trinta minutos depois, conforme anunciado na convocatória. Foi de seguida elaborada a presente acta, a qual depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da MAG e por mim, Secretária da MAG, que a elaborei.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral


(Fausto José Calóia Monteiro Grilo)

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral


(Helena Isabel Canejo Lafanda Ribeiro)

ACTA Nº 108

Aos dez dias do mês de Dezembro de dois mil e dezassete, pelas dezassete horas, reuniu-se em segunda convocação e em sessão ordinária a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Aikido (FPA), no Hotel Praia Mar, sito na Rua do Gurué, nº 16, em Carcavelos, conforme convocatória enviada aos delegados da Assembleia Geral (AG), da qual constava o seguinte ponto da Ordem de Trabalhos: Ponto Único – Discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2018.

A Mesa da AG (MAG) foi constituída pelo respectivo Presidente e Secretária. O Presidente da MAG verificou pela Lista de Presenças organizada antes do início dos trabalhos que se encontrava presente o número de Delegados necessário para que a AG pudesse validamente reunir e deliberar na segunda convocação, pelo que se deu início aos trabalhos. Foi proposto um voto de pesar pela situação familiar de Jean Marc e Joana Duclos.

Foi dada a palavra ao presidente da FPA, Miguel Sendim, que antes de abordar a apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para 2018 (PAO 2018), informou que, no futuro, os documentos a apreciar serão enviados com as convocatórias, com a finalidade de permitir debate e apresentação de propostas a integrar o PAO. Iniciou a apresentação do PAO 2018 indicando os pontos a abordar, que incluíram a situação do Aikido em Portugal, a planificação do desenvolvimento da arte e a distribuição orçamental para o ano em apreço. Descreveu a situação do Aikido em Portugal e a situação da FPA na conjuntura das Federações com Utilidade Pública Desportiva, alertando para a baixa classificação da FPA na avaliação do IPDJ e elencando os motivos que a fundamentam: número de praticantes, distribuição geográfica desigual de dojos, com prevalência no litoral e grandes centros, reduzida percentagem de praticantes e dirigentes femininos, inexistência de competição, entre outros aspectos. Foi evidenciado que o sistemático atraso na renovação das inscrições que compromete a estatística e sujeita a área contabilística a acertos posteriores.

De seguida, foi dada a palavra ao Director da FPA para o Desenvolvimento (DD), Carlos Cordeiro, que apresentou as linhas gerais do plano de actividades relativas à expansão e desenvolvimento do Aikido. A promoção do Aikido Juvenil, Feminino, Adaptado e Sénior, com prioridade para os dois primeiros, foi identificada como um dos eixos de prioridade imediata a desenvolver, com vista a aumentar o reduzido número de praticantes entre os 18 e os 38 anos, a integrar o Aikido no Desporto Escolar, bem como a harmonizar o rácio de praticantes masculinos:femininos, actualmente numa razão de 4:1. Para este fim, foi referido que a constituição de uma Comissão Juvenil e de outra dedicada à questão feminina, contribuirá para uma melhor abordagem e gestão destes dois aspectos. Carlos Cordeiro referiu que a implementação do Aikido Adaptado e do Aikido Sénior, irão ser abordados, regulamentados e lançadas assim que possível. O DD identificou ainda como eixos prioritários o incentivo e apoio

16

ACTAS

Folha 45

da FPA à realização de Estágios Internacionais, que tragam competência técnica e carácter prático-pedagógico significativo ao Aikido nacional, bem como o fomento e a expansão da Arte no País, combatendo a grande concentração de praticantes (cerca de 75%) nos distritos de Lisboa, Setúbal e Porto. Neste último caso, o DD referiu como proposta o estudo da viabilidade de Delegações Regionais da FPA. Carlos Cordeiro adiantou ainda que os Eventos Federativos e Externos serão alvo de atenção particular, como forma de fomentar a prática e dar maior visibilidade ao Aikido, tendo-se elencado um conjunto de eventos: Abertura da Época, Gala de Aikido, Viagem ao Japão, Aikido nos Açores e na Madeira, Estágio Internacional, Festa do Japão, FIAM e Taça Coca-Cola – onde a experiência e a cultura do Aikido serão reforçados. Terminou a sua intervenção apresentando como último eixo prioritário para a FPA, a Imagem e Comunicação, referindo que o investimento nesta área se fará através da reformulação do site, da manutenção do perfil de Facebook, da aposta em produtos de merchandising com carácter de divulgação, na difusão sistemática e abrangente de eventos, numa newsletter de divulgação, bem como no estabelecimento de relações de parceria com órgãos de comunicação social, nomeadamente televisão. Foi salientada ainda a necessidade da contribuição das Associações para o desenvolvimento da arte e dos propósitos que juntam os praticantes, os dojos, bem como a própria Federação, em redor dos princípios, dos valores e dos objectivos que todos desejamos para o Aikido.

Retomando a palavra, o Presidente da FPA apresentou o Orçamento, onde salientou o desequilíbrio da despesa, com peso considerável no orçamento da Federação, nomeadamente na área administrativa e contabilística (vencimento da funcionária e organização/sub-contratação fiscal), tendo sido apresentadas algumas medidas já tomadas para os corrigir: teletrabalho a partir da residência dois dias por semana evita algumas deslocações da funcionária e a redefinição do contrato com a empresa de contabilidade. Foram também assinaladas as principais fontes de financiamento, que passam pelas receitas próprias (inscrições de atletas, taxas associativas, inscrições na formação de recursos humanos e subsídios estatais provenientes do IPDJ). No que diz respeito aos sub-programas, o Presidente enfatizou a necessidade de abrir o Aikido a outras áreas de participação, como o Aikido adaptado ou desporto sénior (actualmente sob alçada das autarquias), tendo também abordado o programa de voluntariado “Agora Nós”. No entanto, referiu a impossibilidade de candidatura a eventos internacionais, que para o IPDJ são sinónimo de competição. A candidatura a três novos subprogramas poderá conduzir a um aumento da verba atribuída pelo IPDJ. Com vista à obtenção de mais fundo de maneio, apontou como possível solução a aplicação mais rigorosa da tabela de taxas e emolumentos em vigor.

De seguida, Miguel Sendim apresentou os valores (despesa/receita) para o orçamento de 2018, sublinhando que em termos de formação, para 2018, poderá haver alguma variação positiva na rubrica das receitas, já que em 2017 a candidatura da FPA não contemplou esta

área. Para 2018, outra das variantes favoráveis à FPA será a recuperação dos prazos no tocante à entrega do financiamento por parte do IPDJ. Referiu ainda que a elaboração do Orçamento resultou directamente da estrutura do formulário do IPDJ e sublinhou alguns pontos em que a FPA poderá vir a reduzir custos. Em relação a estes, a alteração da situação empresarial para entidade pública, poderá apresentar alguns benefícios. Apontou ainda alguns aspectos relativos ao aumento das despesas, ocorridos após a tomada de posse, exemplificando com o caso do Seguro Desportivo, cuja alteração na metodologia de contagem dos praticantes levou a um aumento significativo da despesa associada a este ponto. Esclareceu ainda a alteração de algumas das verbas dedicadas do orçamento, evidenciando-se o destino das mesmas sobretudo as que serão atribuídas às Associações.

Aberta a sessão às intervenções dos presentes, João Silva, abordando a questão do Seguro Desportivo, questionou se o aumento do mesmo não seria reflectido no valor das inscrições. Miguel Sendim respondeu que o valor das mesmas não será alterado até 2018. Questionou ainda acerca da ausência do Mecenato na linha das receitas, mesmo que com valor nulo. O Presidente referiu que o Mecenato para a FPA chega na forma de géneros para eventos ou através da disponibilização de infra-estruturas. De seguida, inquiriu acerca dos apoios à abertura de novos dojos em novos distritos, tendo o Presidente respondido que o apoio da FPA à abertura de novos dojos dependerá sempre de negociações, que envolverão a FPA e as Associações, havendo neste momento interesse da ACAT, ACPA e Algarve neste processo. Salientou que será sempre mais útil para a FPA apoiar a abertura de novos dojos no interior do País do que em Lisboa. Informou ainda que a entrega da candidatura deve ser feita até Dezembro, podendo negociar-se até Março com o IPDJ para rateio. Por último, João Silva questionou acerca de uma eventual participação televisiva, uma vez que o Kendo já o fez num canal de entretenimento infantil. Miguel Sendim remeteu a resposta para o DD, lembrando que já houve uma experiência televisiva da modalidade, no âmbito da telenovela "Morangos com Açúcar". Carlos Cordeiro respondeu referindo o programa da RTP2 Modalidades e alertando para o facto de que a participação em programas televisivos está relacionada com regras técnicas que obrigam à captação de imagens de qualidade e implica negociação, pesquisa e financiamento, que teria de ser feito ao abrigo do mecenato, que por sua vez implicaria um caderno de historial e objectivos. João Silva terminou a sua intervenção criticando o facto de a apresentação do PAO ter sido muito vaga, tendo despertado dúvidas sobre o orçamento. Carlos Cordeiro referiu que se tratava apenas de tópicos e Miguel Sendim acrescentou que houve uma reunião com a Associação de Amizade Portugal-Japão e que, por sugestão dessa entidade, poderá haver colaboração em Estágios Internacionais, ao nível da criação de uma programa cultural em redor do evento. Avançou ainda que está em estudo a possibilidade de Mecenato para a publicidade da carrinha e recordou que em AG existe sempre a possibilidade de alteração, em resposta à crítica de João Silva.

11

ACTAS

Folha 46

De seguida, Alexandre Francisco questionou se a venda de merchandising é sujeita a tributação. O Presidente, remetendo para os estatutos de Utilidade Pública, elucidou que se trata de uma actividade sujeita a IVA, tendo sido comentado que a venda de merchandising poderá cair fora do âmbito da FPA como instituição de utilidade pública desportiva. Alexandre Francisco questionou acerca do programa infantil do IPDJ e dos critérios definidos para a avaliação. O Presidente respondeu que a avaliação está, entre outros factores, ligada ao número de praticantes, não sendo necessária ligação ao Desporto Escolar. Salientou que a ligação a sectores sociais desfavorecidos e outras conjunturas que tornem as propostas a apresentar ao IPDJ mais atractivas, reforçando também que este é um sector em que a FPA tem investido muito.

Nelson Capote parabenizou a Direcção pela forma inovadora como apresentou o PAO relativamente aos anos anteriores. Lançou de seguida várias questões relacionadas com esclarecimentos sobre o estatuto de utilidade pública, sobre a aceitação de sócios filiados individualmente (criticando o contrassenso de a FPA de aceitar inscrições individuais, o que desvirtua o papel da Federação), sobre informação estatística em falta (sugerindo a criação de um quadro comparativo do número de praticantes por escalão etário) e a importância de a reunir num documento, e ainda sobre a possibilidade de integrar associações que ainda não fazem parte da Federação ou que saíram, aproveitando para solicitar uma comparação do número de praticantes em 2014 relativamente ao número actual. Questionou a proporcionalidade de dojos/treinadores (135 dojos versus 132 treinadores) e a percentagem real de treinadores no activo. Apontou a existência de apoios específicos no Concelho de Cascais para associações a nível local e alertou que em 2020, nos Jogos Olímpicos de Tóquio, o Aikido será modalidade convidada, pelo que se deve aproveitar a visibilidade mundial que a modalidade terá. Foi pedido mais detalhe sobre algumas das propostas de desenvolvimento, sobre apoio ao desporto local, questões relacionadas com seguros e sobre o modelo de financiamento. No tocante a aquisições, questionou o fornecimento por parte dos seguros, de estojos de primeiros socorros. Pediu clarificação sobre o último ponto do orçamento, que considerou demasiado vago, salientando que é importante definir critérios, base de financiamento e a intervenção da Associação na vida Federativa. Na resposta, Miguel Sendim adiantou os nomes de Carlos Portas e Paulo Farinha e explanou a situação das respectivas associações. O presidente da FPA recordou a soberania das Federações na Lei Geral, agendando para Março uma AG para rever os estatutos. No tocante à questão dos treinadores, o número de inscritos não corresponde aos que estão a aparecer nas formações, sendo contudo os números fornecidos pelas Associações. Referiu que entre 2013 e 2014 se deu a saída da AKP da FPA. Relativamente a 2014, recordou que houve conversão automática das cédulas de treinadores e que a forma como a AKP saiu torna um possível regresso/reaproximação dependente do esclarecimento da situação entre as duas entidades. Em relação aos escalões etários existentes, referiu que devem ser alterados, remetendo para a

Comissão Técnica (CT) essa remodelação. Nelson Capote sugeriu que a FPA deve apresentar um panorama completo dos praticantes no País de acordo com a idade, distribuição geográfica e género. Carlos Cordeiro respondeu explicando que a introdução de informação no site é muito complexa. O Presidente referiu ainda que relativamente aos apoios da autarquia de Cascais, já foram encetados contactos, que aguardam resposta.

A última intervenção foi de Orlando Marques, que se debruçou sobre o fomento do Aikido para crianças e a necessidade de, no âmbito da comissão oportunamente formada, se poderem organizar seminários, dar formação a formadores com equipas técnicas multidisciplinares e haver uma maior aproximação aos ATL e às escolas, podendo considerar-se uma alternativa à abertura de dojos. Em relação à Comissão Técnica (CT), salientou o facto desta ser mais do que um sector meramente consultivo, lamentando a não renovação de participantes nas reuniões da CT. Concluiu referindo que a CT deve ser vista como mais um órgão a trabalhar em prol do Aikido, reforçou o apelo de maior participação nas reuniões da CT, que é apoiada pela FPA. Miguel Sendim informou que no âmbito do Aikido infantil foi criada uma equipa específica constituída, entre outros, por Jean Marc Duclos, Joana Duclos e Alexandre Francisco. Relativamente à CT, apontou que esta precisa de funcionar e de ser representativa e com vontade de abordar determinados assuntos, uma vez que tem responsabilidades na visão que a FPA tem para o Aikido. Reforçou a necessidade de revisão do Regulamento Técnico e do não alheamento da discussão por discordâncias de opinião.

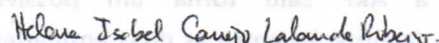
Após as intervenções dos delegados e os esclarecimentos dados às mesmas por parte do Presidente e da Direcção, o Presidente da MAG pôs à votação a proposta apresentada pela Direcção da FPA para o PAO 2018. Procedendo-se à votação e escrutínio nos termos regulamentares, foi a proposta aprovada por maioria, com 28 votos a favor e uma abstenção.

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da MAG deu por encerrada a sessão, sendo de seguida elaborada a presente acta, a qual depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da MAG e por mim, Secretária da MAG, que a elaborei.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral


(Fausto José Calóia Monteiro Grilo)

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral


(Helena Isabel Canejo Lalanda Ribeiro)